

Denise Maria de Jesus Santos

Mestre em Geografia pela UFBA e docente do curso de Licenciatura em Geografia da FTC EAD e da Rede Estadual Pública de Ensino do Estado da Bahia  
denisemaria2007@gmail.com

---

## Interfaces entre práticas de coleta seletiva do lixo e conceitos lefebvrianos: um estudo sobre a Pituba, Salvador - BA

### Resumo

Neste artigo busca-se analisar as diferentes formas de apropriação social que decorrem das práticas de separação do lixo doméstico para a coleta seletiva formal que ocorre na cidade de Salvador. Pautando-se em comprovações empíricas e numa argumentação dialética entre os conceitos lefebvrianos (concebido, percebido e vivido), o estudo, realizado com moradores e trabalhadores domésticos da área da Pituba (que acumula experiências de intervenções oficiais que culminaram com a implantação do Programa Recicla Salvador), revelou que os critérios utilizados para definir a área geográfica de atuação deste Programa, principalmente os níveis de escolaridade e renda/consumo elevados, não apresentam uma consistência técnica. Por meio da investigação científica sobre como o processo de separação do lixo ocorre no ambiente doméstico, constatou-se que, de forma geral, as classes de renda alta/média e com maiores níveis de escolaridade estabelecem uma “apropriação limitada” das ações do Programa que, embora reconhecida pelo concebido, não se efetiva como uma vivência, mas como uma percepção. Em contrapartida, aqueles com menores níveis de escolaridade e renda/consumo estabelecem uma apropriação que, embora não reconhecida pelo concebido, revela na prática cotidiana a incorporação da separação do lixo como algo vivido/experimentado e não somente percebido.

**Palavras-chave:** lixo urbano, coleta seletiva, apropriação sócio-espacial.

## Abstract

### INTERFACES BETWEEN PRATICES OF WASTE SEPARATION AND CONCEPTS OF LEFEBVRE: A CASE STUDY OF PITUBA/SALVADOR-BAHIA

This essay intends to analyse the different forms of social appropriation that derives from practices of home waste separation that occurs in the city of Salvador. Based on empirical evidences and on a dialectic argumentation between a conceptual triad (conceived, perceived and experienced spaces), the study conducted among residents and domestic workers in the area of Pituba (that accumulates experiences of official interventions that culminated with the implementation of *Salvador Recicla* Programme), unveils that the criterion utilized to define the geographic area where the programme took place, specially the levels of education, and high incomes/consumptions, does not present any technical consistence. The scientific investigation of how home waste is separated demonstrates that, in general terms, the high/medium classes with the highest levels of education developed a "limited appropriation" of the actions of the Program that, even though recognized by the conceived, does not become effective as an experience, but only as a perception. On the other hand, those with lower levels of education and income/consumption establishes an appropriation that even though it is not recognized by the conceived, assures on daily practices the incorporation of home waste separation as something experienced and not only perceived.

**Key-words:** urban solid waste, selective collects, social appropriation.

## 1. Estabelecendo referenciais

Estudos ambientais vêm ocupando, cada vez mais intensamente, posição de destaque na abordagem geográfica. É bem verdade que desde o início do século passado a relação homem-natureza/meio, cerne do debate, vem sendo discutida por vários pensadores. Entretanto, nos últimos tempos, ainda poucos têm debatido sobre o tratamento que a Geografia pode oferecer no campo ambiental, para além daquela dimensão que considera de forma fragmentada e destituída de referências sócio-históricas esta relação (CARLOS, 1991). Em contraponto a essa peculiaridade, outros caminhos epistemológicos vêm sendo apontados como possibilidades de avançar o debate ambiental numa dimensão geográfica. Com isso, buscase avivar a natureza histórica e social desta relação e não simplesmente valorizar um discurso ecológico reducionista, alvo privilegiado em muitas

análises, tal como, recorrentemente, ocorre em muitos estudos sobre o lixo urbano, com raras exceções<sup>1</sup>.

Apontada como um dos maiores agravos ambientais do mundo, a questão do lixo vem sendo enfrentada com diferentes instrumentos de planejamento urbano técnico, visando promover o chamado “desenvolvimento sustentável”. As alternativas de coleta seletiva, que estão em ascensão no país, se inserem nesta seara. Contudo, surpreende a alusão que se faz às práticas de separação do lixo domiciliar, seja nos meios de comunicação social de massa, seja no plano pedagógico de políticas de estímulo, que, quase sempre, as estereotipam como tarefas simples e de fácil emprego no ambiente do lar e as vinculam às idéias “ecologicamente corretas”.

Por este motivo, o interesse em abordar o tema numa dimensão geográfico-ambiental, que se articula a outras dimensões da relação sujeitos sociais-espço, logo se suscitou. Assim, apresenta-se neste artigo os resultados da pesquisa concluída em 2006 no Programa de Pós-graduação em Geografia/UFBA, cujo objetivo central foi o de analisar as formas de apropriação sócio-espacial derivadas das práticas de separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva estimuladas pelo Poder Público em Salvador-Bahia. A referência empírica, área da Pituba, caracteriza-se pela ocupação de residentes com níveis de renda e escolaridade *per capita* mais elevados da cidade e por abrigar o atual centro financeiro e de negócios da capital. Este recorte espacial justifica-se pelo fato de ser uma área na qual o Poder Público de forma mais homogênea atuou e investiu ao longo dos últimos anos para formalizar o que se pode chamar de sistema formal de coleta seletiva<sup>2</sup>.

Trabalhou-se com uma amostragem de 1,5% de sua população residente em 33 unidades uni e pluridomiciliares que contam com o serviço formal de coleta seletiva de lixo<sup>3</sup>. Mas, a pesquisa também se baseou em entrevistas realizadas com 20 trabalhadores domésticos, cujo responsável pelo domicílio recusou-se a responder o instrumento de pesquisa. Técnicos responsáveis pelo planejamento e execução do sistema formal de coleta seletiva de lixo da cidade foram também considerados<sup>4</sup>.

As reflexões e análises empreendidas tiveram como principal sustentação teórico-metodológica uma referência pouco utilizada na discus-

são sobre as práticas de separação do lixo para a coleta seletiva: a tríade lefebvriana. A consideração deste referencial busca salientar interfaces das relações que se estabelecem na produção do espaço geográfico no que tange a vivência e a percepção de intervenções que caracterizam o sistema formal de coleta seletiva concebido pelo Estado ao idealizar o cotidiano e as práticas sociais. Dada a centralidade do conceito para a atividade científico-investigativa, a apropriação, segundo Lefebvre (1991), se realiza no uso e nas práticas cotidianas que são vividas pelas pessoas e está em contraposição à dominação do espaço abstrato no qual se estabelecem as relações de expropriação. A tríade conceitual lefebvriana é, assim, composta pelos espaços: concebido, percebido e vivido.

O *espaço concebido* refere-se às representações do espaço, ou seja, ao espaço dos planejadores, cientistas, tecnocratas, urbanistas e mesmo algum tipo de artista com certa inclinação científica. Nesse espaço “[...] as idéias dominantes são necessariamente as idéias da classe dominante, [pois] a classe governante procura manter sua hegemonia por todos os meios disponíveis, e o conhecimento é um desses meios” (LEFEBVRE, 1991, p. 6; tradução nossa). Assim, o espaço concebido está ligado às relações de produção e à ordem que essas relações impõem e, conseqüentemente, ao conhecimento, aos sinais, códigos e à linguagem, que, embora reconhecidos numa ordem distante (ordem da sociedade, das relações de produção e do Estado), pretendem regular o cotidiano e o imaginário.

Já o *espaço vivido* diz respeito àquela apropriação que se materializa na cotidianidade da vivência em seu sentido mais próximo (ordem próxima) envolvendo a corporeidade. Para Lefebvre (1991, p. 42; tradução nossa), neste espaço, também chamado de espaço de representação, “se vive: se fala.” É algo qualitativo que abarca as situações vividas e não precisa obedecer a nenhuma regra de consistência ou mesmo coerência. Pode, no entanto, sofrer interferências do espaço concebido e, num jogo, um tenta prevalecer sobre o outro. Na atualidade, existe uma tendência do concebido prevalecer sobre o vivido (SERPA, 2005), pois as coisas se apresentam com uma representação devido a forte atuação dos meios de comunicação de massa, considerados por Lefebvre como um dos principais divulgadores das idéias do espaço concebido. Assim, aquilo que os indivíduos vivenciam

sofre tais intervenções, que não são, na maioria das vezes, identificadas por estes de forma acabada.

Neste contexto, torna-se relevante associar e diferenciar o conceito de vivência ao de experiência quando se busca analisar como o saber baseado no espaço vivido no cotidiano pode se transformar num conhecimento pautado na experiência (prática que se realiza enquanto cognição). Essa abordagem é complementar à visão lefebvriana sobre o espaço vivido, que encontra em Walter Benjamin um contraponto e mesmo um complemento. Serpa (2004a), respaldado nas idéias deste autor, explicita a distinção entre vivência e experiência. A primeira não está baseada na memória, ou seja, naquilo que permanece, porque o seu caráter é efêmero, enquanto que a última nela se afirma, permanecendo ao longo do tempo. Serpa (2004b) reafirma, portanto, aquilo que para Benjamin é fundamental: vivenciar não envolve uma relação com o outro, pois é um ato individual que envolve o saber de forma precipitada; isso não ocorre quando se está no reino da experiência, pois o conhecimento é adquirido, reelaborado e ressignificado individualmente e em conjunto com os outros. A experiência envolve, assim, a dimensão cognitiva (aquele conhecimento que se transforma em ato internalizado), que se incorpora ao cotidiano.

Finalmente, o *espaço percebido* se correlaciona às práticas espaciais de uma sociedade, envolvendo “a produção e reprodução e as posições particulares e características espaciais de cada formação social. A prática espacial assegura a continuidade e algum grau de coesão. Nos termos do espaço social, esta coesão implica um nível garantido de competência e o nível específico de desempenho” (LEFEBVRE, 1991, p. 33; tradução nossa). O percebido está, portanto, relacionado ao imediato, ao pensamento e ao significado, e não ao que é vivido/experimentado. Por isso, o espaço percebido é um espaço de mediação entre o concebido e o vivido, pois o que é percebido é antes concebido e tende a se reproduzir no vivido. Assim, o espaço e percebido é caracterizado pelas práticas espaciais que ocorrem no cotidiano envolvendo “realidade diária (rotinas) e realidade urbana (as rotas e as redes que ligam espaços separados para o trabalho, a vida ‘privada’ e o lazer)” (LEFEBVRE, 1991, p. 38; tradução nossa).

## 2. Aproximando os conceitos lefebvrianos das práticas de coleta seletiva de lixo: o jogo da apropriação

Operacionalizar conceitos lefebvrianos não é tarefa simples em nenhum objeto de pesquisa, ainda mais quando se tem como alerta a visão de Seabra (1996): o pensamento de Lefebvre conduz mais à reflexão do que a uma instrumentalização propriamente dita. Desafiando este olhar, propõe-se uma aproximação dos conceitos lefebvrianos à realidade empiricamente examinada relativa às práticas de separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva, pautada numa argumentação entre o concebido, o percebido e o vivido.

### 2.1. Reconhecendo o concebido

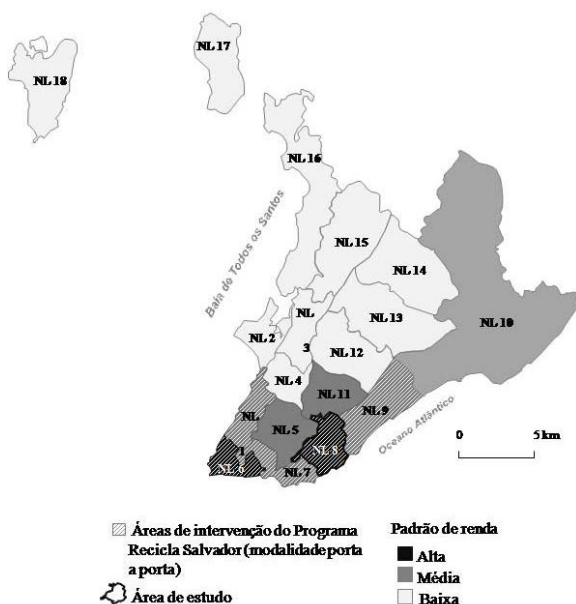
O sistema formal de coleta seletiva foi lançado na cidade de Salvador em 1992 e desde então vários programas e projetos foram concebidos pelo Poder Público buscando instituir a prática da separação do lixo domiciliar. Designado, a partir de 1996, como Programa Recicla Salvador (PRS), foi caracterizado inicialmente pela modalidade porta a porta (na qual o lixo doméstico separado é coletado semanalmente por catadores de uma cooperativa estruturada pelo Poder Público<sup>5</sup>), atendendo apenas áreas da cidade que reunissem uma população de maior nível de renda/consumo, de elevada formação escolar/status ocupacional e de maior geração de lixo reciclável mensurada por meio da composição gravimétrica do lixo<sup>6</sup>. Integrando o Projeto Metropolitano, que captou cifras na ordem de US\$ 77 milhões, o PRS contemplou apenas cinco das atuais dezoito áreas existentes para fins de gestão da limpeza urbana, incluindo a área da Pituba<sup>7</sup> (Figura 1).

Cinco anos mais tarde, buscando ampliar as ações do Programa por meio da parceria público-privado, iniciou-se a instalação de Postos de Entrega Voluntária (PEV) em locais considerados estratégicos, segundo os mesmos critérios técnicos estabelecidos para a modalidade porta a porta. Baseada em modelos europeus, os custos de instalação dos PEV e do transporte/armazenamento dos materiais por meio deles coletados até a central de triagem (no Aterro de Canabrava) foram previstos no contrato fir-

mado com a Vega Engenharia Ambiental, grupo que presta os serviços de limpeza urbana para a maior parte da cidade.

Tentando ampliar a distribuição geográfica do PRS, uma modalidade de coleta seletiva para as classes populares (com menores níveis de renda/consumo, menor capital escolar/status ocupacional) foi concebida, porém abarcando uma gritante desigualdade em termos de investimentos públicos e visibilidade no espaço urbano. O chamado Programa Agentes Voluntários de Limpeza (PAV) foi criado em 2001 como uma estratégia bastante distinta: “promover a renda mínima através da coleta seletiva e comercialização dos materiais recicláveis, bem como otimizar a limpeza urbana nas *áreas de difícil acesso ao veículo coletor*” (PMS. LIMPURB, 2004, p. 24, grifo nosso).

**Figura 1**  
NÚCLEOS DE LIMPEZA SEGUNDO PADRÃO DE RENDA E INTERVENÇÃO GEOGRÁFICA DO PROGRAMA RECICLA SALVADOR - 2003



Fonte da base: PMS. LIMPURB. *Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador*. Salvador, 1999  
 Fonte: UFBA. Relatório Técnico da *Caracterização dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Salvador*. Salvador, 2003  
 PMS. LIMPURB. *Coleta Seletiva*. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação da Coleta Seletiva de lixo. Salvador, 1997  
 Elaboração: Denise Santos

Diante do cenário exposto, para compreender as diferentes formas de apropriação social do sistema formal de coleta seletiva de lixo de Salvador uma dialética foi estabelecida: a articulação entre o *concebido* (representações do espaço), o *percebido* (práticas sociais) e o *vivido* (espaços de representação), ressaltando seus contrastes, oposições e antagonismos. Assim, partiu-se da seguinte questão: como o PRS vem sendo apropriado pelos sujeitos que dele participam?

## 2.2. *Como o concebido é percebido e vivido*

A apropriação social encontra referência nas qualificações e atributos que cada indivíduo estabelece nas relações funcionais e simbólicas na produção do espaço. Significados, práticas e vivências estão aí presentes para conformar e perpassar as dimensões do sabido, do compreendido e do apreendido no jogo das relações. Por isso, nem sempre o que é *concebido* é *vivido* na sua essência, sendo muito mais *percebido*, já que se trata apenas de uma abstração e não de uma cognição.

## 2.3. *Os sujeitos*

Residentes e trabalhadores domésticos pesquisados possuem perfis bastante distintos, como é possível de acompanhar no Quadro 1. Ainda que uma comparação estatística baseada em valores absolutos do número de entrevistados pertencentes aos dois grupos não seja possível, pode-se, no entanto, aproximar dos resultados relativos.



**Quadro 1**  
PERFIL DOS ENTREVISTADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Residentes	Trabalhadores domésticos
43,4% moram na residência desde as primeiras intervenções públicas de coleta seletiva formal e, por isso, possivelmente puderam acompanhar as diferentes ações implementadas ao longo do tempo	45% trabalham na residência desde as primeiras intervenções públicas de coleta seletiva formal e, por isso, possivelmente puderam acompanhar as diferentes ações implementadas ao longo do tempo
47,9% compõem famílias compostas por até 3 integrantes, refletindo o perfil da estrutura familiar da classe de renda média/alta brasileira	
52% possuíam entre 41 a 60 anos	50% possuíam entre 31 a 50 anos
65% são mulheres	55% são homens
82% possuem ensino superior	70% possuem até o ensino fundamental

Fonte: Pesquisa de campo

### 3. Formas de apropriação

Até que ponto conhecer as ações do sistema formal de coleta seletiva, especialmente do Programa Recicla Salvador, indica aderir à prática de separação do lixo? Será que elevados níveis de escolaridade e de renda são responsáveis pela participação na separação do lixo domiciliar, tal como acredita o *concebido*, ao elegê-lo como um dos fatores de escolha locacional?

Dentre os residentes entrevistados, 85% admitiram conhecer o PRS, entretanto somente 8,7% destes julgaram ter um conhecimento mais detalhado sobre a atuação do Poder Público na implementação da coleta seletiva formal. Já entre os trabalhadores dos domicílios pesquisados, 85% deles não reconheceram nenhuma forma de atuação do Programa. Diante disso, pode-se questionar: é satisfatório ou mesmo esperado que as pessoas tenham apenas idéias gerais sobre o PRS ou mesmo o desconheça em sua área de atuação?

A situação indica que o processo de divulgação, entendido no seio da estratégia de educação ambiental e *marketing* articulada pela LIMPURB (empresa pública municipal responsável pela modalidade porta a porta de coleta seletiva), não tem sido adequado ou suficiente para promover as

ações do Programa. A carência de informações foi justificada pelo *concebido* devido a limitações financeiras, conferindo uma divulgação de cunho pontual do PRS no espaço urbano.

Há muitas limitações para realizar este tipo de trabalho de divulgação, pois produzir campanhas publicitárias custa muito caro. [...] Atualmente há divulgação da ação da coleta seletiva, sobretudo, na mídia televisionada e escrita. Mesmo com a participação de empresas na coleta seletiva de lixo da cidade [referindo-se à modalidade de entrega voluntária], as estratégias de educação ambiental ainda são muito incipientes<sup>8</sup>.

A preocupação em divulgar a coleta seletiva tem sido muito freqüente nos meios de comunicação/informação de massa, priorizados e elegidos como adequados a transmitir o que se julga necessário ao estímulo da separação do lixo domiciliar. No relato acima, ficam explícitas a preferência e a aposta no desenvolvimento de campanhas publicitárias em detrimento do trabalho de divulgação porta a porta, que pode surtir um efeito mais promissor pelo contato direto que se faz com o público-alvo. Segundo Spitzbart (2001, p. 229), “campanhas publicitárias podem complementar um trabalho de conscientização ‘corpo a corpo’, mas não podem substituí-lo”.

Mas, será que o fato de conhecer o PRS leva à separação do lixo domiciliar? Para 29,3% dos residentes entrevistados, não e para 55,6%, sim<sup>9</sup>. Todavia, mesmo não conhecendo este Programa, 95% dos trabalhadores entrevistados realizam a separação do lixo para a coleta seletiva nos locais de trabalho, dado que difere em muito do encontrado entre os moradores: apenas 3,5% deles. Mas qual será a explicação para tudo isso?

O conjunto de entrevistados, que, mesmo conhecendo o PRS, não separam o lixo domiciliar, expressa que as ações e estratégias do *concebido* não foram incorporadas ao cotidiano como algo *vivido*, prestando-se a uma apreensão mais imediata. Logo, o *espaço concebido* foi transformado em *espaço percebido*, isto é, aquela abstração realizada de uma determinada realidade. Assim, o concebido se reproduz no percebido, mas não consegue com mesmo êxito se reproduzir no vivido. E por que estes moradores não participam da separação do lixo gerado em suas casas? Motivações derivadas tanto da administração da vida cotidiana (falta de tempo, de organização, descuido), como de fatores de ordem cultural-educativa

(falta de hábito, de interesse, de educação, de cidadania) foram apontadas por 28,6%. Já 27,5% apontaram a falta de informação como motivo principal, tendo-se destaque para o dia em que a coleta seletiva domiciliar ocorre, desconhecido por 91,2% destes.

Mas, o dado surpreendentemente constatado foi que 20% dos que não separam o lixo domiciliar mesmo conhecendo o PRS consideram que a separação do lixo é de responsabilidade do trabalhador, seja da residência, seja do condomínio residencial (identificado na figura do zelador). No depoimento que se segue esta concepção fica evidente: “Aqui em casa não participamos da coleta seletiva porque ainda não conseguimos *educar* a secretária [empregada doméstica] para fazer a separação do lixo”<sup>10</sup>. Para Gomes (2002), há uma razão para esse comportamento: trata-se de uma demonstração de prestígio social ao delegar alguém, menos importante socialmente, a tarefa de recolher/separar o lixo, aspecto que historicamente marca a sociedade brasileira. Rodrigues (1998) lembra que atos como estes são ranços da sociedade escravista; contudo,

não se pergunta em nome de quem os ‘carentes’ devem ser ‘educados’. Não se quer saber quem é o ‘educador’, nem de que estrato da sociedade ele provém. Não se questiona a legitimidade do direito que este ‘educador’ se autorga, para ditar qual educação considera ‘boa’ para ‘eles’. E tais idéias promanam também [...] de pessoas bem intencionadas, eivadas de ‘boas’ posições políticas, ‘progressistas’ (RODRIGUES, 1998, p. 9).

Se 59,8% dos residentes entrevistados afirmaram separar o lixo (sendo que 55,6% separam o lixo e conhecem o PRS, 3,5% separam o lixo e não conhecem o PRS e 0,7% separam, sem, contudo, indicar o nível de conhecimento das ações de coleta seletiva formal), então se pode encontrar aí a razão para que o *concebido* enfatize tanto o processo de divulgação midiática em massa do Programa, em detrimento de processos de cunho mais educativo, corpo a corpo. Mas, o fato de declarar que há separação do lixo no domicílio, independente de conhecer ou não as ações oficiais de coleta seletiva, não significa que necessariamente o entrevistado participe ativamente deste processo. Tanto é assim que pelo menos 49,4% destes não realizam a prática da separação do lixo como experiência, já que em 44,4% dos casos são os trabalhadores domésticos sozinhos quem a realiza. A situação torna-se ainda mais interessante quando 12,8% dos

entrevistados que afirmaram não haver separação do lixo para a coleta seletiva no domicílio também os apontam como responsáveis. E, inevitavelmente, o confronto de idéias se instaura:

É preciso conscientizar as empregadas domésticas para que elas façam esse trabalho, pois são elas que ficam a maior parte do tempo nas residências e, assim, tendo uma visão quanto à importância, poderiam colaborar de maneira mais eficaz, pois elas mesmas sabendo às vezes *não fazem por preguiça*<sup>11</sup>.

Aqui quase ninguém liga pra isso de separar lixo. Se eu não separasse alguma coisa que vem dos apartamentos ele [o cooperado] não teria nem o que levar toda semana<sup>12</sup>.

Como sugere a charge de Sieber (2003), as classes de renda média/alta aprendem o processo de separação do lixo transferindo sua responsabilidade unicamente para os trabalhadores das unidades domiciliares. Talvez se encontre aí a razão que explique o porquê de quase 91% dos residentes que admitiram haver a separação do lixo domiciliar a classificarem como uma tarefa não trabalhosa. Mas, perceber as ações do concebido não é o mesmo que as experimentar no *espaço vivido*. Somente quem realiza a separação do lixo como experiência pode realmente respaldar o discurso: foi o que ocorreu com 80% dos trabalhadores dos domicílios pesquisados.

**Figura 2**  
CHARGE: CLASSE MÉDIA APRENDE A RECICLAR



Investigando sobre as razões que motivam a separar o lixo domiciliar para a coleta seletiva, encontrou-se que 64% dos moradores entrevistados separam o lixo para preservar o ambiente e promover a reciclagem e somente 3,7% dos entrevistados separam o lixo como uma ação de cidadania e boa educação. Mas, como é possível, então, dotar-se de uma consciência ambiental sem ter respaldo na ação? O fato é que o *espaço concebido* está sendo mais *percebido* do que *vivido*, pois a coleta seletiva não está sendo trazida à concretude cotidiana para grande parte dos residentes que afirmaram haver a separação do lixo em suas casas. Por isso, dizer que trabalhar com as classes de maiores renda e escolaridade implica, necessariamente, numa maior participação no processo de separação do lixo não é válido para os resultados da pesquisa, pois se trata mais de uma pseudo-participação, já que apropriar-se de um discurso não é o mesmo que apropriar-se de uma ação.

Apontar como motivação para a prática da separação do lixo aspectos de ordem ambiental sem encontrar no vivido/na experiência um rebatimento leva à reprodução social de um discurso ambiental reducionista. Para Carvalho (1990) e Barros (2003), este tipo de discurso também é apropriado institucionalmente, pois a chamada questão ambiental é tratada pelo Poder Público procurando sensibilizar uma determinada opinião pública (sobretudo as classes de maiores rendas), a fim de fazer valer seus próprios interesses por meio de um auto-consenso. Esse entendimento traz a possibilidade de aprofundar uma reflexão sobre uma possível relação entre nível de escolaridade e conscientização ambiental.

Chega-se, assim, a uma necessidade de esclarecer que níveis de escolaridade, mensurados pelos anos de estudo, por exemplo, não circunscrevem a totalidade de um processo educativo, pois apesar de termos próximos, podem ser pensados distintamente. A aquisição de conhecimentos e a formação de habilidades cognitivas que levam a uma visão mais ampla dos valores e das atitudes individuais e coletivas, como condições indispensáveis para o exercício da cidadania, não estão apenas relacionadas à escolaridade, mas, sobretudo, ao ato educativo. Rodrigues (1998, p. 200), baseando-se em Sader (1988), destaca em uma de suas pesquisas que a escolaridade é um indicador de como as formas subjetivas são apreendi-

das pelas condições objetivas da vida cotidiana, ou, dito de outro modo, “a realidade objetiva é continuamente compreendida e transformada por meio das formas pelas quais as condições objetivas são subjetivamente vividas e apreendidas”. Transportando esse entendimento para o plano operacional, a escolaridade se porta como possibilidade e não como limitação para uma compreensão de uma dada realidade.

Dessa maneira, se o *concebido* definiu que pessoas com maiores níveis de escolaridade e renda representam um determinante favorável à prática da separação dos resíduos domiciliares, é preciso lembrar que a chamada classe de renda média/alta parece conscientizar-se dos fatos ambientais como se estes não fizessem parte do seu mundo aparente. Souza (2000) identifica este comportamento como fruto de um discurso-padrão que associa a condição de pobreza de uma dada população com o nível de degradação de seu ambiente. Pensando nestes termos, as chamadas classes de renda média/alta acreditam estarem salvaguardando o ambiente porquanto consideram que sua participação é indireta no processo de degradação do ambiente. Elas esquecem que há uma relação direta entre o ambiente e seu nível/tipo de consumo, relação esta que foi estudada por Portilho (2005). Para a autora, foi a partir dos anos 90 do século passado que a responsabilidade pelo lixo gerado ou produzido desviou-se, sobremaneira, para o viés do consumo. Segundo ela, o que ocorreu foi “uma espécie de deslocamento da percepção, do discurso e da definição da problemática ambiental”. Até os anos 1970, o crescimento demográfico era indicado como responsável pela crise ambiental, no pós 1970 essa figura foi transposta ao estilo de produção industrial até chegar, duas décadas depois, no estilo do consumo e do modo de vida dos consumidores. De igual modo, Rodrigues admite que

embora já esteja demonstrado, em larga medida, que a produção de mercadorias e a produção da segunda natureza sejam ‘responsabilidade’ do modo industrial de produzir, esta está simbolicamente deslocada para os indivíduos consumidores. *Responsabilizar o ‘consumidor’ é uma forma de ‘preservar’ o ideário de que quem produz é o capital e não o trabalho e que o capital é responsável pela riqueza e não pela pobreza ou destruição da natureza* (RODRIGUES, 1998, p. 31-2, grifo nosso).

Se o discurso ambiental dos residentes entrevistados se pauta muito mais no *percebido* do que no *vivido/experenciado*, o que nos revela a prática da separação do lixo realizada pelos trabalhadores domésticos entrevistados? O que os motiva a participar desta ação? Num primeiro instante, pode-se pensar que o motivo é o cumprimento de uma tarefa doméstica recomendada pelos patrões, dado que 44,4% dos moradores entrevistados indicaram que quem realiza a separação do lixo doméstico é o(a) empregado(a) da residência. Contudo, isso somente foi válido para 35% deles, pois 65% participam da coleta seletiva por motivações próprias ou por solicitações feitas pelos cooperados (catadores de lixo formais).

Só faço a separação do lixo mesmo porque já se fazia na casa antes de vir trabalhar aqui. No início não entendia bem como funcionava, se era pra separar tudo mesmo. Com o tempo fui aprendendo que nem tudo a gente deve colocar no saco para dar ao rapaz. *Embalagens de leite mesmo, só fiquei sabendo que não era para separar porque ele [cooperado] me falou, ninguém da casa tinha me avisado*<sup>13</sup>.

Aqui se separa o lixo a pedido do catador. Ele foi quem explicou pra mim que poderia ajudá-lo no sustento de sua família separando estes materiais. Então, não me custa nada atender a este pedido, pois se faço é porque quero<sup>14</sup>.

Diante de tais depoimentos, vê-se que o principal motivo para os trabalhadores que separam espontaneamente ou por solicitação da cooperativa é o sentido de cooperação, visando a contribuir e colaborar com o trabalho e a sobrevivência do outro. Fazer a separação do lixo nos locais de trabalho representa uma possibilidade de ajudar outros (os cooperados) no sustento da família.

O que se pode compreender é que há aí um nível de conscientização que se origina da/na experiência, do “saber como foi feito” e não apenas de um discurso. O que ocorre é uma espécie de “apropriação não reconhecida” pelo *concebido*, pois as ações do Programa Recicla Salvador não contemplaram o papel exercido pelos trabalhadores domésticos na separação do lixo domiciliar para a coleta seletiva.

Se esta prática é realizada como experiência nos espaços de trabalho, resta-nos saber se ela também encontra rebatimento nos espaços de moradia destes trabalhadores. Apenas 20% dos trabalhadores domésticos entrevistados separam o lixo tanto nos locais de trabalho, quanto de mora-

dia, pois a maioria deles, 75%, somente separa nos locais de trabalho. A que se deve este resultado? As áreas de moradia dos trabalhadores entrevistados correspondem àquelas em que o sistema formal de coleta seletiva na modalidade porta a porta não é oferecido. Este foi o motivo mais indicado por 75% dos trabalhadores que confirmaram não realizar a separação do lixo nos locais de moradia. A ausência do serviço formal de coleta seletiva, associada ao desconhecimento da localização dos PEV (Postos de Entrega Voluntária) e de como utilizá-los, foram fatos relatados como os maiores entraves à adesão à coleta seletiva de lixo, tanto é assim que mesmo tendo-se PEV dispostos na área da Pituba nenhum dos trabalhadores entrevistados confirmou seu uso.

Aliás, a coleta seletiva através de PEV tem sido pouco eficaz na cidade, embora a ela tenham sido desaguados maiores investimentos, sobretudo do setor privado, motivo pelo qual o Plano de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos de Salvador (PMS; SESP; LIMPURB; PROEMA, 2007) nem o contempla como proposição, apostando muito mais na modalidade porta a porta como forma de envolver as cooperativas de catadores, que, a passos exponenciais, surgem na cidade. Na área da Pituba, apenas 32,3% dos residentes entrevistados afirmaram utilizar os contêineres dos PEV para depositar o lixo reciclável e, mesmo assim, esporadicamente, dos quais 34,5% designam esta tarefa ao trabalhador do domicílio. Dentre os que não utilizam os PEV (66,1%), o percentual de participação do trabalhador na separação do lixo aumenta para 50%.

Dentre os motivos explicitados pelos 66,1% dos moradores entrevistados que não utilizam os PEV, 54,5% participam da modalidade porta a porta e, por isso, não acham coerência em depositar nos postos de entrega o material reciclável, outros 17,1% desconhecem a localização dos PEV na área da Pituba ou acham que ficam distantes; daí questionar-se o teor estratégico da distribuição geográfica destes equipamentos na cidade, pensada em termos da acessibilidade física.

#### **4. Chegando a uma síntese**

A maioria das pessoas acredita que a reciclagem é uma boa idéia. Entretanto, nem todos têm disposição para reciclar – o hábito de jogar as coisas fora é difícil



de ser quebrado. As pessoas precisam perceber boas razões para a reciclagem, ou seja, *elas devem entender completamente o programa de reciclagem [e de coleta seletiva] e este deve ser conveniente. Elas devem ser motivadas a superar suas objeções ou inércia até que a reciclagem [a seleção do lixo] se torne um hábito* (REINFELD, 1994, p. 138, grifo nosso).

Contrariando as justificativas técnicas apresentadas nos instrumentos de planejamento do sistema formal de coleta seletiva de lixo de Salvador, elaborados pelo Poder Público, em parceria com o setor privado, de que elevados níveis de escolaridade e de renda/consumo são responsáveis por uma maior adesão da população ao PRS, a pesquisa realizada com residentes e trabalhadores domésticos da área da Pituba relevou justamente o contrário<sup>15</sup>. As classes de renda média/alta são escolhidas pelo *concebido* porque, assim acredita-se, pode alcançar com maior êxito seus objetivos.

Pautado no conceito de apropriação, a pesquisa revelou que grande parte dos moradores entrevistados incorpora as práticas de separação do lixo como *percepção*, isto é, como um conhecimento imediato. Diante disso, tem-se que a coleta seletiva e da reciclagem são compreendidas apenas como uma necessidade ambiental, social ou econômica sem, contudo, integrá-la ao seu cotidiano efetivamente. Grande parte dos entrevistados que possuem maiores níveis de renda/consumo e escolaridade constrói uma “apropriação limitada” da separação do lixo domiciliar, que, embora reconhecida pelo *concebido*, não consegue se reproduzir nem como *vivência*, nem como *experiência*, mas como um discurso baseado no que é *percebido*. E essa percepção, quase sempre, vem acompanhada por um discurso ambiental vazio, divulgado, sobretudo, no cenário midiático e também nas ações ditas educativas (embora nem sempre revelem no cotidiano seu caráter formativo). Estar-se-ia diante daquela forma retrógrada de tratar a relação homem-natureza, que insiste em permanecer na contemporaneidade, pois participar de programas oficiais de coleta seletiva do lixo nem sempre vem acompanhado de um ato e de uma consciência ambiental. Os resultados da pesquisa desvelam que muitas vezes a separação do lixo não é realizada pensando-se na permanência do homem no ambiente, mas na preservação de uma natureza isolada.

Já entre os que possuem menor capital escolar/status ocupacional e menor renda há, para grande parte deles, uma “apropriação não reconhecida” pelo *concebido*, que mesmo assim consegue na prática cotidiana incorporar-se ao vivido/experenciado e não somente ao que é percebido. Com isso, não se quer defender que o processo educativo não exerça qualquer influência nas ações dos sujeitos, mas que é preciso entendê-lo como um processo muito mais amplo e que não se desenvolve apenas na escola ou com anos destinados ao ensino formal. Certamente que por meio de uma formação, e não simplesmente por meio da escolaridade, poder-se-ia potencializar a participação destes trabalhadores nas ações oficiais de coleta seletiva de lixo, mas, como se viu, estes não são reconhecidos pelo *concebido*. Assim, a apropriação social das práticas de separação do lixo para a coleta seletiva entre moradores e trabalhadores domésticos da Pituba ocorre de forma distinta.

Por isso, ser economicamente pobre não significa não ter condição de participar do processo de separação do lixo e de programas oficiais de coleta seletiva, pois o que certamente impede/limita a participação é a falta/deficiência de estrutura a serviço destas populações. Assim, diferenças de rendas/consumo não devem desempenhar um papel determinante, capaz de justificar as ações deliberadas do Programa Recicla Salvador, tampouco os investimentos públicos no espaço da cidade. Na verdade, o *concebido* creditou o êxito de suas ações àquela população que pudesse responder mais rapidamente e satisfatoriamente às suas expectativas e atender as condições dos agentes financiadores do modelo de modernização da limpeza pública de Salvador, cujo capital privado está aí envolvido. A escolha deste público alvo, capaz de corresponder positivamente, acabou restringindo a adesão da população potencialmente participante do Programa.

O que se constatou com a pesquisa é que nem o nível de escolaridade, nem o padrão de renda/consumo por si só podem garantir o nível de participação das pessoas no processo de separação do lixo. Estas variáveis não devem se comportar como empecilhos, pois o que realmente dificulta é o Poder Público não considerar que a questão envolve uma consciência arraigada à ação que só se realiza se o serviço estiver, pelo menos, à disposição das pessoas. Portanto, apreender a prática da coleta seletiva

como cotidianidade, como experiência, não tem como princípio direto o nível de escolaridade, o que deveria até ser o esperado. Contudo, o que se constatou foi que as pessoas entrevistadas com menores níveis de escolaridade foram aquelas que se apropriaram da coleta seletiva em seu espaço de experiência num nível diferente daquelas com maior tempo de estudo.

Assim, fica premente a necessidade de: estimular diferentes formas de ocorrência da coleta seletiva em Salvador; descentralizar investimentos e captar outros que estimulem sobremaneira a modalidade porta a porta (que se mostrou mais eficaz em relação à modalidade dos PEV); apostar em ações educativas que contribuam na formação dos indivíduos para que estes possam respaldar seu discurso ambiental/ecológico no que é vivido/experenciado. Deixar aqueles, que, de fato, se apropriam no cotidiano da idéia e da prática da coleta seletiva, de fora da concepção e das decisões em torno do sistema formal de coleta seletiva, é uma demonstração cabal de como realizar uma ação despolitizada. Contudo, há uma esfera que rege e decide como a coleta seletiva formal se materializa no espaço da cidade e há outra que aponta possibilidades para melhor articular o planejado ao compreendido e realizado nas práticas sociais. É neste jogo que a cidade e seus cidadãos devem desvelar o que querem.

## Notas

<sup>1</sup> O termo lixo é utilizado neste artigo com o mesmo sentido etimológico de resíduos sólidos.

<sup>2</sup> Refere-se às sucessivas atuações do Estado na tentativa de estabelecer na cidade, a partir da separação do lixo na fonte domiciliar, o recolhimento de materiais potencialmente recicláveis.

<sup>3</sup> De acordo com os dados populacionais do IBGE (2003).

<sup>4</sup> A pesquisa também buscou confrontar as formas de apropriação da separação do lixo para fins de coleta seletiva provenientes da catação formal (realizada por trabalhadores de cooperativas de lixo) e da catação informal do lixo (realizada por catadores) que, embora pertinentes, não são discutidas neste artigo (SANTOS, 2006).

<sup>5</sup> A Coopcicla foi a primeira institucionalizada pelo Poder Público e inicialmente era constituída por catadores informais. Hoje, abriga trabalhadores que, em sua maioria, não têm histórico na atividade de catação do lixo.

<sup>6</sup> A composição gravimétrica dos resíduos sólidos gerados “traduz o percentual de cada componente em relação ao peso total da amostra de lixo analisada” (MONTEIRO et al., 2001, p. 34), sendo de importância relevante para o planejamento de ações e intervenções

relativas à coleta seletiva de lixo, que demanda estudos detalhados e precisos sobre a determinação dos componentes presentes no lixo gerado por uma população.

<sup>7</sup> Corresponde ao Núcleo de Limpeza VIII, cujo limite coincide com a Região Administrativa VIII de Salvador.

<sup>8</sup> Informação verbal fornecida em entrevista por uma técnica da Assessoria de Planejamento da LIMPURB em pesquisa de campo.

<sup>9</sup> 15,1% da amostra representam o conjunto dos residentes que não conhecem o Programa e mesmo assim separam o lixo, ou não conhecem o Programa e não separam o lixo ou não responderam as indagações.

<sup>10</sup> Moradora da Pituba, 47 anos, reside no bairro há 6 anos.

<sup>11</sup> Moradora da Pituba, 41 anos, reside há 6 na área e separa há 2 anos.

<sup>12</sup> Zelador de uma unidade pluridomiciliar da Pituba.

<sup>13</sup> Trabalhadora de domicílio atendido pela coleta seletiva formal na Pituba, 20 anos, 4 anos de estudo, trabalha há 3 anos, separa o lixo há 2 anos por recomendação, grifo nosso.

<sup>14</sup> Trabalhadora de domicílio atendido pela coleta seletiva formal na Pituba, 39 anos, estudou até o Ensino Médio, trabalha há 1 ½ ano, separa o lixo há 1 ano por solicitação, grifo nosso.

<sup>15</sup> A pesquisa também analisou outro critério técnico utilizado para definir a atuação geográfica do PRS na cidade, analisando os estudos de composição gravimétrica do lixo de Salvador. O que se concluiu é que estes estudos devem ser considerados com cautela, pois nem sempre apresentam resultados coerentes sobre a geração do lixo devido às diferentes metodologias utilizadas em cada um deles e às alterações que vêm ocorrendo na composição do lixo face à intensificação do trabalho de catadores informais na cidade, em geral não consideradas.

## Referências

BARROS, Antonio T. O discurso oficial sobre meio ambiente no Brasil (1972-92): o discurso para a sociedade brasileira. **Revista Científica da Universidade do Oeste Paulista**. Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v.1, n.1, p. 39-51, jul/dez. 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O meio ambiente urbano e o discurso ecológico. In: III Encontro Nacional de Estudos sobre Meio Ambiente, 1991, Londrina. **Anais...** Núcleo de Estudos do Meio Ambiente, Universidade Estadual de Londrina, 1991, p. 756-766.

CARVALHO, Isabel Cristina M. Ecologia: um campo estratégico. **Revista de Cultura Vozes**, Petrópolis, v.84, n.2, p.234-241, mar./abr. 1990.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana**. Ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrnad Brasil, 2002.

IBGE. **Censo Demográfico 2000**: agregado por setores censitários dos resultados do universo [CD-ROM], v. 4, Rio de Janeiro: 2003.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space** (Translated by D. Nicholuson-Smith). England: Blackwell, Oxford, 1991.

MONTEIRO, José Penido. et al. **Manual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos**. Rio de Janeiro: Ibam, 2001.

PMS. LIMPURB. **Núcleos de Limpeza Urbana de Salvador**. Salvador, 1999.

PMS. LIMPURB. **Relatórios Anuais de Atividades**. Salvador, 1999 a 2004.

PMS. LIMPURB. **Coleta Seletiva**. Programa Recicla Salvador. Projeto Postos de Captação da Coleta Seletiva de lixo. Salvador, 1997.

PMS; SESP; LIMPURB; PROEMA. **Plano Básico de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos de Salvador** (PBLU). São Paulo, 2007.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

REINFELD, Nyles V. **Sistemas de reciclagem comunitária**. São Paulo: Makron Books, 1994.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Produção e Consumo do e no Espaço**. Problemática Ambiental Urbana. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Denise Maria de Jesus. **Apropriação social da coleta seletiva de lixo na Pituba - Salvador/BA. 2006**. 253f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, UFBA, Salvador, 2006. Disponível em: <[http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa.PesquisaObraForm.do?select\\_action=&co\\_autor=21345](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa.PesquisaObraForm.do?select_action=&co_autor=21345)>. Acesso em: 8 jun. 2008.

SEABRA, Odete. O pensamento de Henri Lefebvre e a Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 74, 1996.

SERPA, Angelo. Por uma Geografia das Representações Sociais. **Olam**, Rio Claro - SP, v. 5, n. 1, p. 220-232, 2005.

SERPA, Angelo. Experiência e Vivência, percepção e cultura: uma abordagem dialética das manifestações culturais em bairros populares de Salvador-Bahia. **RA' E GA: O espaço geográfico em análise**. Curitiba, v. 8, p. 19-32, 2004a.

SERPA, Angelo. Espaço Público e Acessibilidade: notas para uma abordagem geográfica. **GEOUSP. Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 15, p. 21-37, 2004b.

SIEBER. Allan. 2003. Altura: 525 pixels. Largura: 419 pixels. 64 x 64dpi. Formato JPG. Disponível em: <[http://allansieber.blogspot.com.br/2003\\_05\\_01\\_archive.htm](http://allansieber.blogspot.com.br/2003_05_01_archive.htm)>. Acesso em 15 jul. 2004.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O Desafio Metropolitano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

SPITZBART, Markus. Coleta seletiva e reciclagem de lixo em Plataforma. Uma experiência participativa de gerenciamento ambiental integrado em um bairro periférico de Salvador. In: SERPA, Angelo (Org.). **Fala, periferia!** Uma reflexão sobre a produção do espaço periférico metropolitano. Salvador: PROEX/UFBA, 2001. p. 211-232.

UFBA. TECLIM. **Relatório Técnico da Caracterização dos Resíduos Sólidos Domiciliares de Salvador-BA**. Gestão Sócio-ambiental do PET pós-consumo. Salvador, 2003. Não publicado.